



FOPEME

**FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
DO ESTADO DO PARANÁ**

Ata da 36ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês Temáticos do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequena Porte do Estado do Paraná – FOPEME, realizada no dia 20 do mês de outubro de 2017, na Sala de Situação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, localizada a rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, 4º Andar, Ala “B”, Palácio das Araucárias – Centro Cívico, Curitiba/PR. A Abertura foi realizada pelo Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e Presidente do FOPEME, Juraci Barbosa Sobrinho, que agradeceu a presença de todos, em especial a presença do Secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Machado Costa, que prontificou-se a esclarecer eventuais dúvidas sobre as alterações propostas pelo governo para adequação do Estatuto do Microempresa. O Secretário da Fazenda, iniciou sua explanação informando que o objetivo das alterações propostas pelo Governo do Estado para adequação ao Estatuto das Microempresas não é aumentar a arrecadação, mas promover uma equalização de alíquotas, garantindo benefícios a este segmento de empresas paranaenses. Disse que por imposição da Legislação Federal, o Governo do Estado enviou para a Assembleia Legislativa Projeto de Lei para adequar as quantidades e os intervalos das faixas de tributação e instituir alíquotas progressivas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. Esclareceu que a medida garante a isenção para as empresas com faturamento anual de até R\$ 360.000,00. Destacou que a tributação do Simples Nacional no Paraná continuará sendo a menor do Brasil, ao não tributar a primeira faixa de faturamento anual. Esclareceu, que com o Projeto de Lei enviado ao legislativo, o Paraná está se adequando aos termos do Estatuto das Microempresas. Explicou que não havia estímulo ao crescimento das empresas porque, quando elas mudavam de faixa, todo seu faturamento era tributado em uma alíquota maior. Com as alíquotas progressivas, só incidirá a alíquota superior na parcela do faturamento que ultrapassar a faixa anterior, à semelhança de como é feito hoje com o Imposto de Renda de Pessoa Física, e os trezentos e sessenta mil reais devem ser abatidos em todas as faixas de faturamento. Demonstrou que uma empresa que fatura R\$ 360.000,01 por ano, por exemplo, hoje desembolsa anualmente R\$ 2.412,00 em ICMS. Se o projeto for aprovado, e considerando que sobre os primeiros R\$ 360.000,00 ela não pagará imposto, seu desembolso seria



FOPEME

**FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
DO ESTADO DO PARANÁ**

inferior a um centavo. Com a palavra franqueada, o Vice-Presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas da Região Metropolitana de Sarandi, Carlos Alberto Carvalho, elogiou a iniciativa e disse ser um momento importante para discutir o assunto e esclarecer dúvidas e a expectativa é que a adequação que o governo do Estado está propondo seja um incentivo a mais para que as microempresas possam crescer. O Presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Curitiba - MICROTIBA, Armando Santos Lira, informou que também integra a Comissão de Direito Tributário da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Paraná - OAB/PR. Questionou se a SEFA já teria realizado um comparativo entre as vinte faixas atuais e a proposta de alteração. Parabenizou a explanação proferida. O Gerente da Unidade de Ambiente de Negócios do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná – SEBRAE/PR, César Reinaldo Rissete fez questionamento na mesma linha de pensamento do representante da MICROTIBA. O Secretário Mauro Ricardo, disse que quando há uma alteração de vinte para seis faixas de tributação, haverá ganhadores e perdedores, esclareceu, no entanto, que o objetivo foi manter o mesmo montante arrecadatário, oferecendo ganho significativo as duas primeiras faixas, havendo aumento progressivo nas faixas superiores, como uma forma compensatória pelas isenções e reduções ofertadas aos faturamentos menores. Exemplificou que na sexta faixa, o acréscimo será de R\$ 10.000,00/ano, menos de R\$ 900,00 para faturamento anual acima de 3.600.000,00. Zildo Costa, Representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná – FECOMÉRCIO/PR e Edenír Zandoná Junior, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado do Paraná – SINDIFARMA/PR, questionaram sobre as transações interestaduais e a substituição tributária. O Secretário Mauro Ricardo solicitou que a demanda seja encaminhada como proposta para estudo na SEFA. O secretário Técnico do FOPEME Ercílio Santinoni, informou que há um Grupo de Trabalho se dedicando a estudos para que as Centrais de Negócios tenham legislação próprias, como as Franquias, e que vai atender a segmentos varejistas, principalmente supermercados e farmácias. Convidou o Presidente do SINDIFARMA a acompanhar a próxima reunião do Grupo de Trabalho, dia 08 de novembro. Dirigindo-se ao Secretário Mauro Ricardo, Ercílio Santinoni,



FOPEME

**FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
DO ESTADO DO PARANÁ**

manifestou a preocupação com os microempresários enquadrados entre as faixas de R\$ 400.000,00 à R\$ 900.000,00. Solicita ao Secretário da Fazenda estudo no sentido de beneficiar os que se enquadram nesta faixa. César Reinaldo Rissete – SEBRAE/PR afirmou que a vinda do Secretário de Estado da Fazenda à reunião do FOPEME enalteceu o trabalho do Fórum e permitiu esclarecer o assunto diretamente com a fonte, o que será fundamental para que possamos levar informação qualificada ao empreendedor. O Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Juraci Barbosa Sobrinho, reiterou o agradecimento ao Secretário de Estado da Fazenda, pela explanação realizada e acrescentou que o ajuste fiscal feito no Paraná colocou o Estado numa posição diferenciada, na contramão da crise financeira nacional. Afirmou que temos hoje uma economia sistematicamente crescente. Destacou dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, divulgados recentemente pelo Ministério do Trabalho, de que o Paraná gerou 47.235 empregos com carteira assinada de janeiro a agosto desse ano, em empresas com até quatro empregados. Comentou que o resultado coloca o Estado do Paraná em primeiro lugar no ranking da Região Sul e em terceiro lugar nacional, o que demonstra a atenção especial que o governo Beto Richa tem dado ao segmento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. O Secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Machado Costa, agradeceu a oportunidade de prestar estes esclarecimentos diretamente aos representantes de várias instituições interessadas. Na continuidade da Reunião do Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática, o Secretário Técnico do FOPEME, Ercílio Santinoni, teceu comentários sobre a reunião com o Secretário de Estado da Fazenda, afirmou que se levarmos em conta o percentual de 81% das empresas que serão beneficiadas com isenção ou redução de tributos estaduais a que se concordar com o projeto. Aristides Mossambani, Presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas da Região Metropolitana de Sarandi, disse que a isenção dos R\$ 360.000,00, em todas as faixas auxilia a todas as empresas, com reflexo no aspecto social. Zildo Costa, disse que temos que cobrar o retorno do imposto. Ercílio Santinoni, Propôs a elaboração de um documento oficial que indique o apoio do FOPEME a aprovação do Projeto de Lei como se apresenta. A proposta foi acatada por unanimidade. O Coordenador do



FOPEME

**FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
DO ESTADO DO PARANÁ**

FOPEME, Mário José Doria da Fonseca, fez análise das proposições e demandas geradas na Carta do Paraná, referentes ao Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática. A Reunião encerrou às 12:00 horas. Os trabalhos deram continuidade, às 13:30 horas, com a reunião do Comitê Temático de Acesso aos Mercados e Internacionalização. O Coordenador do FOPEME, Mario José Doria da Fonseca, esclareceu que a pauta será apreciar as demandas do 2º Encontro da Micro e Pequena Empresas, referentes a este Comitê, que seriam estudadas para encaminhamento de propostas. As demandas debatidas foram: 1) Incluir alguns Integrantes do Paraná no Grupo de Trabalho (GT) de Comércio Exterior do Fórum Nacional e criar Grupo de Trabalho local. 2) Definição conclusiva por parte do TCE da questão “exclusividade“. Proposta acompanhar posição do TCE São Paulo permitindo pagamento a maior para MPE local / estadual. 3) Compras Governamentais - Articular com a Receita Federal para que haja certificação quanto a qualificação das MPES. 4) Criar um prêmio estadual para os melhores resultados dos municípios em relação as compras públicas do município. 5) Criar portal compartilhado entre os municípios, disponibilizando cadastro eletrônico de MPEs com potencial para tornarem-se fornecedores das entidades públicas; FOPEME. Mario José Doria da Fonseca, propôs a inclusão dos membros deste Comitê Temático no Grupo de Trabalho de Internacionalização. Disse que desta forma é possível acompanhar e interagir nas atividades e assistir as reuniões através do Trello e do Zoom. Ademir Lodis, da AMPEC LITORAL, solicitou informações sobre a Associação Brasileira de Redes e Centrais de Negócios – ABRCN e as exportações para microempresas. Jéssica Ribas Subkowiak, da SEPL, explanou sobre as missões de diversos países que nos visitam. Danniele Varela Rios, da Federação da Indústria do estado do paraná – FIEP, informou que a FIEP mantém um relatório dos interesses em transações comerciais dos diversos países. Mario José Doria da Fonseca, sugeriu que este relatório seja disponibilizado no Trello. Sirlene Poletti, da AMPEC LITORAL, questiona se não há trabalho voltado ao artesanato. Adriana Cordeiro, da SEPL, disse que deveríamos buscar as boas práticas de países vizinhos em apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – MPES. Como exemplo citou o Chile, onde as ações voltadas ao industrializado de ponta ou artesanato, a todos a



FOPEME

**FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
DO ESTADO DO PARANÁ**

dedicação é a mesma. Jéssica Ribas Subkowiak, afirmou que os programas de exportação não são só para produtos industrializados, mas para todos os segmentos, inclusive serviços, porém a indústria é a que detém a maior demanda. Mario José Doria da Fonseca, fez referência ao Programa Nosso, na década de 80, quando o Estado do Paraná chegou a exportar em torno de U\$ 180.000,00 por mês. Maria Elizabeth Lunardi, da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia – SETI, disse que o artesanato é tratado atualmente como Economia Criativa, e há um Programa capitaneado pela Secretaria de Estado da Cultura, com o envolvimento da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo. Além do SEBRAE, que deve ainda, manter os programas de desenvolvimento de “design”. Concluiu dizendo, que o artesão deve buscar unir-se para conseguir acesso as essas opções que citou, pois sozinho não conseguirá o sucesso que almeja. César Reinaldo Rissete, do SEBRAE/PR, informou que o SEBRAE não tem um Programa Nacional, mas cada Estado produz o seu de acordo com as características locais. No Paraná citou dois programas: “Sou Curitiba - Souvenir”, em Curitiba e o “Nhandeva” em Foz do Iguaçu. A Reunião do Comitê Temático de Acesso aos Mercados e Internacionalização, encerrou às 15:30 horas. Dando continuidade, às 16:00 horas teve início a reunião do Comitê Temático de Tecnologia e Inovação. O Coordenador do FOPEME, Mario José Doria da Fonseca explicou que a pauta será apreciar as demandas do 2º Encontro da Micro e Pequena Empresas, referentes a este Comitê que serão estudadas, para posterior encaminhamento das propostas. Maria Elizabeth Lunardi, Coordenadora do CT Tecnologia e Inovação, explanou que outras reuniões já foram realizadas para alinhamento das ações. Foram debatidas as seguintes ações: 1) Criar incentivos para a geração de energias renováveis ou alternativas. 2) Desmistificar a Inovação, onde foi proposto encaminhamento de ofício ao SEBRAE, com vistas a elaboração de cartilha abordando a Lei 11.196/05, que cria a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica. Ficou conhecida como a “Lei do Bem”. 3) Sistematização das ações de Inovação e Tecnologia - Âmbito Estadual "FOPEME a) desenvolver programas para apoiar os municípios que desejarem e possuírem as condições mínimas necessárias para a criação das Leis Municipais de Inovação; b) para os demais municípios, as



FOPEME

**FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
DO ESTADO DO PARANÁ**

Secretarias do Paraná e as Entidades do Sistema S deverão estabelecer um amplo programa de capacitação / formação, por exemplo, empreendedorismo inovador, gestão da inovação, marco legal da inovação no Brasil, fomento à inovação, elaboração de projetos de inovação, captação de recursos para inovação, etc.) com o objetivo de preparar os pequenos empresários e as municipalidades para a gestão da inovação; c) alinhar a legislação estadual da Ciência, Tecnologia e Inovação ao marco legal da CTI, aprovado recentemente, bem como regulamentar tópicos que até a presente data não foram regulamentados no Estado." 4) Sistematização das ações de Inovação e Tecnologia - Âmbito Municipal "FOPEME: a) O FOPEME, as Entidades do Sistema "S" e o Governo de Estado (SEPL e SETI) poderão implementar um amplo Programa para incentivar a criação das Leis Municipais de Inovação e seus fundos de inovação (captação de recursos públicos e privados) para alavancar os projetos de inovação das MPE em municípios que demonstrarem possuir as infraestruturas e as competências técnicas e de gestão necessárias para o desenvolvimento das empresas e seus projetos inovadores; b) Implementar Programas multidisciplinares e multi-institucionais para fortalecer educação em todos os seus níveis, da educação básica ao doutorado; c) Implementar Programas multi-institucionais que favoreçam o estreitamento das relações Universidade-Empresa, fortalecendo o tripé educação - fomento - inovação." Foi criado o Grupo de Trabalho Carta Paraná, que propõe estudar as seguintes ações: 1) Criação de uma rede territorial de pesquisa com ênfase nas vocações do território; 2) Desenvolver Políticas públicas para inovação convergentes; 3) Estabelecer mecanismo de regionalização do fundo estadual de inovação; 4) Criar incentivos fiscais à criação de um fundo privado de inovação, 5) Capacitar pessoas para a gestão de projetos de inovação; 6) Criar uma coordenação única estadual para que conheça todas as atividades-realidades de cada região; 7) Incentivo a Exportação de Serviços Tecnológicos com foco no Mercosul; 8) Implantar um Conselho / Governança / Estadual de Inovação; 9) Integrar a iniciativa privada das políticas e iniciativas de inovação desenvolvidas pelas regionais de inovação; 10) Aperfeiçoar o marco legal da lei de inovação para o estado; 11) Articular a criação de fundos de investimentos estaduais em inovação para os municípios; 12) Regionalização do desenvolvimento estadual; 13) Incentivo do ICMS para as



FOPEME

**FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
DO ESTADO DO PARANÁ**

empresas que investirem em pequenos municípios; 14) Ampliação da Lei Zuchi para outras regiões do Estado do Paraná; 15) Formação empreendedora e cultural da inovação como política pública estadual de educação; 16) Instituir o marco legal da Lei de Inovação do Estado do Pr. 17) Atualização da Lei Estadual de Inovação quando sair a regulamentação da Lei Federal via decreto; 18) Criação de prêmios estadual de inovação para reconhecer as boas práticas municipais de inovação, com intuito de compartilhar experiências; 19) Provocar um posicionamento do Tribunal de Contas do Estado em relação a Lei de Inovação por meio de ações educativas e orientativas que tornem mais flexível a sua aplicabilidade; 20) Regular a Lei Estadual de Inovação; 21) Criar comitês regionais para potencializar a participação de vários atores chaves que auxiliem na disseminação da ciência tecnologia e inovação; 22) Desenvolver a inovação desde o ensino da rede estadual criando o ambiente empreendedor; 23) Desmistificar a Inovação. A reunião encerrou às 17:30 horas.